
TERRITÓRIOS ÉTNICOS: NARRATIVAS DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Anelize Martins de Oliveira¹
Djanires Lageano de Jesus²

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. Email anelizemartins@hotmail.com

² Doutorando em Geografia pela UFPR. Email netoms@uems.br

Recebido em 19/08/2009

Aprovado em 01/03/2010

RESUMO

Comunidades indígenas e quilombolas são núcleos de atratividade devida sua dinâmica sócio-cultural e histórica. Desta forma, o objetivo geral deste artigo é apresentar uma análise crítica sobre a representatividade cultural indígena e quilombola bem como as possibilidades de fomento do turismo nos territórios étnicos identificados no Estado de Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos foram baseados em análise teórica e documental além de contextualização prática, por meio da experiência registrada em incursão científico-cultural nos territórios culturais das comunidades indígenas da Reserva Indígena de Dourados e da comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, ambas situadas em Mato Grosso do Sul. Os resultados parciais sinalizam que o discurso que se desvela neste artigo apresenta como tais agrupamentos qualificam o desenvolvimento do turismo com vistas à inserção participativa para o planejamento da atividade haja vista que é fundamental levar em consideração as expectativas das comunidades, caso contrário, pouca chance de sucesso terá todo e qualquer processo de desenvolvimento que desconsidere os fatores endógenos.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios Étnicos; Turismo Cultural; Gestão Participativa; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Indigenous and quilombolas communities are nucleus of attractiveness due its partner-cultural and historical dynamics. Thus, the main objective of this article is to show a critical analysis on the representativeness indigenous and quilombolas culture and then to check the possibilities of promotion of tourism in the ethnic territories identified in Mato Grosso do Sul. The methodological procedures were based on theories and documentary and also contextualization practice through experience lived in scientific-cultural invasion in the cultural territories of indigenous communities at Reserva Indígena de Dourados and quilombola community at Furnas do Dionísio, both located in Mato Grosso do Sul. The partial results indicate that the speech that if disclose in this article it searched to present as such groupings characterize the development of the tourism with sights the collaborative insertion for the planning of the activity have seen that it is basic to take in consideration the expectations of the communities, in case that contrary, little possibility of success will have all and any process of development that disrespects the endogenous factors.

KEY WORDS: Ethnic Territories; Cultural Tourism; Participatory Management; Local Development.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise subjetiva do território caracteriza-se por uma questão que o reconheça como um espaço contíguo em que aflora as emoções e perpetua a história vivida em um local, o que se aplica devidamente aos exemplos de comunidades indígenas e quilombolas distribuídas por terras brasileiras. Portanto, a questão que envolve tais territórios denota a tomada de consciência cognitiva e física para tais categorias ao considerar um processo de litígio histórico, embutido de territorialidade ao atribuir-lhe sentimento de pertença ao grupo e ao espaço.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, reconhecendo a importância cultural e identitária, ressalta por meio dos artigos 215 e 216 que núcleos indígenas e quilombolas devem ser tratados como patrimônio cultural de interesse da União, estados e municípios e como tal, devem ser preservados de qualquer ação conflituosa garantindo concomitantemente sua manutenção e integridade, uma vez que os territórios integram a formação da identidade nacional.

Para esclarecimento citam-se dois aspectos importantes da legislação que respaldam a condição do território tomado como base física. Primeiro aludindo à questão indígena, tem-se o § 2º do art. 231 ao acrescenta que: "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas dos solos, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Explorando o mesmo tema, mas com um público diferenciado, a constituição reconheceu às comunidades quilombolas o direito ao território, incluindo ações de regulamentação fundiária para promover investimentos para a melhoria e manutenção da qualidade de vida, o que pode ser observado no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 68), que instituiu "aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos".

A atual situação de comunidades quilombolas e indígenas apresenta-se em contextos diferenciados, caracterizando-se ainda pela designação de um legado ou herança cultural que lhes confere um sentimento imbuído de pertença de ser, ter e pertencer a tais territórios específicos. A discussão sobre a territorialidade destes grupos tradicionais envolve suas formas de uso do espaço e de seus recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia, quando se aloca a questão da territorialidade como um fator primordial para a construção da própria identidade do grupo, mesmo porque o processo de territorialização de grupos indígenas e quilombolas ao mobilizarem um sentido de coletividade organizada acabam por unificar uma identidade própria que incide em sua representação e reestruturação de suas formas culturais (OLIVEIRA, 1998 *apud* ARRUTI, 2006).

Pelo passado histórico e sócio-espacial, é essencial destacar um isolamento característico que condiz à realidade de grupos indígenas e quilombolas identificados no Brasil. Embora toda regra tenha sua exceção, seria errôneo afirmar que todos os núcleos estejam localizados somente em áreas rurais, haja vista que se pode encontrá-los em zonas periurbanas e até mesmo nas grandes cidades. O importante é que a integridade cultural e identitária seja considerada como mecanismos de fortalecimento e reforçada através de gerações.

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que independente da localização e da questão de territorialidade física e emocional, muitos assentamentos buscam alternativas para promover uma gestão de inclusão do território com base no desenvolvimento de atividades que possam promulgar níveis significativos de melhorias baseados, sobretudo, na endogenia e fluxo cultural local para efetivar, no caso, o desenvolvimento do turismo.

Diante dessa perspectiva global de turistificação dos territórios culturais, o presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma análise crítica a respeito da representatividade cultural indígena e quilombola bem como as possibilidades de fomento do turismo nos territórios étnicos identificados no Estado de Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos utilizados para alcance dos objetivos delineados neste trabalho foram baseados em análise teórica, documental e contextualização prática por meio da experiência registrada na realização de incursão científico-cultural nos territórios indígenas da Reserva Indígena de Dourados e na comunidade quilombola de Furnas do Dionísio, ambas situadas em Mato Grosso do Sul.

2. A ATIVIDADE TURÍSTICA EM ESPAÇOS ÉTNICOS: QUESTÕES E CONCEITOS

É sabido que o fenômeno turístico acompanha a humanidade há séculos, uma vez que os antigos povos já o praticavam no decorrer de suas longas jornadas por terras a serem desbravadas. Segundo o professor Beltrão (2001, p. 21) “Essas longas caminhadas por terras desconhecidas em busca da satisfação desbravadora, sempre fez parte da luta humana e ainda continua abrindo novos horizontes”.

Ao longo da história relacionada ao desenvolvimento do turismo, estudiosos do tema apontam que a atividade foi iniciada por volta de 776 a.C., na Grécia Antiga, quando as pessoas se deslocavam para participar dos jogos olímpicos. Em contra partida, outros asseguram que os primeiros viajantes foram os fenícios por serem eles os inventores das moedas e do comércio, o que facilitou as transações comerciais.

Diante deste breve quadro cronológico, cita-se também a participação dos romanos (27 a.C. a 476 d.C.) na expansão das viagens. Durante o Império Romano, muitas estradas foram construídas e urbanizaram-se as cidades, o que permitiu a realização de viagens por terras mais distantes e em segundo plano, a satisfação advinda pela formação de uma estrutura que satisfizesse aos viajantes (hospedarias e centros termas). A partir do século VI, as peregrinações religiosas tornaram-se comuns entre os cristãos que se deslocavam para Roma e Jerusalém, assim como para os maometanos que viajavam a Meca; motivação esta que perdurou até a Idade Média e tornou-se grande propulsora das viagens de longas distâncias.

No entanto, como a finalidade deste trabalho não é mapear a história do turismo enquanto fenômeno de deslocamento destaca-se a importância da contextualização cultural como fomento significativo de amparo ao desenvolvimento do fluxo, da demanda e das motivações turísticas haja vista que o produto está assentado em gradações étnicas e culturais que se diferem daquelas reproduzidas originalmente pelos turistas, cujo contato e conhecimento da cultura local pode ser grandes referenciais do “fazer turismo”. Segundo Beni (2002, p. 425), a tipologia refere-se:

[...] ao fluxo de turistas nacionais e internacionais que se deslocam centrados na motivação de suas origens étnicas locais e regionais, e também no legado histórico-cultural de sua ascendência comum. Incluem-se aí ainda aqueles que se deslocam com objetivos eminentemente antropológicos para conhecer “*in loco*” as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação.

De acordo com o conceito criado pelo autor, fica evidente que a motivação das pessoas em se deslocar a espaços turísticos com atratividade baseada na etnicidade, possibilita uma experiência turística fundada em inter-relações, seja ela satisfatória ou não, dependendo do olhar de cada visitante.

Na realidade, o turismo étnico pode ser classificado como um segmento vinculado diretamente ao turismo cultural, diferenciando-se primariamente pelos traços de pertença e etnicidade que envolvem os grupos em cuja atividade orienta sua organização e desenvolvimento. No caso brasileiro, este tipo de turismo abrange as comunidades que representam os processos de imigração européia, núcleos indígenas, comunidades quilombolas, além de outros grupos que valorizam seu legado histórico-cultural e o saber - fazer de cunho tradicional e que concomitantemente através do desenvolvimento da atividade, possibilita a alguns grupos a criação de conglomerados urbanos e comerciais que visam exclusivamente à comercialização do artesanato,

das danças, do modo de vida como produto a serem consumidos por turistas a fim de coadunar a continuidade de seus costumes, como exemplo, de atratividade turística.

Por tratar-se de categorias étnicas de relevância cultural, é preciso atentar-se a um problema que pode eventualmente surgir: a desestruturação dos núcleos, ou seja, um processo de massificação cultural e perda de autenticidade que pode instalar-se no seio das comunidades anfitriãs para atender a demanda turística haja vista que muitas vezes estes são vistos com um olhar exótico, como pode ser observado na fala de Arruti (2006, p. 55-56), muito embora seus estudos não versem a respeito do turismo, sua abordagem trata do lastro que se encontra na classificação dos grupos:

No caso da população indígena, o exotismo, a alteridade radical, o universo de referências absolutamente estranho, que deve ser traduzido, fazem com que o dilema fique por conta da necessidade de integrar, absorver e eliminar e, sob o signo do romantismo, proteger como núcleo de nacionalidade [...]. No caso da população negra, os sinais se invertem: a desagradável imagem de si mesmo (um dilema cravado no terreno da identidade, e não da alteridade), a necessidade de absorver, integrar – mas sem se contaminar ou deixar que este outro, tão interno e tão numeroso, altere a imagem de uma nacionalidade ocidentalizante branca [...]

Por isso é que o tema muitas vezes aglutina antagônicas opiniões, principalmente relaciona às problemáticas acima citadas. Além disso, tais questões se refletem diretamente nos agentes envolvidos na atividade, como os próprios grupos que são os atores da representação cultural que na luta pela sobrevivência, são capazes de descaracterizar sua cultura para captação de recursos financeiros em benefícios próprios.

Há também os empresários do setor turístico responsáveis pela comercialização de suas representações (tangíveis e intangíveis); o poder público que fomenta a atividade pelo fato da geração de divisas e imposto para o local e que ao mesmo tempo critica pelo fato de destinar permanentemente recursos financeiros e logísticos para a manutenção dos serviços prestados. Ainda, arrolham-se os turistas que são os espectadores e buscam uma experiência diferenciada; e por fim, os cientistas que tratam do assunto com restrições, principalmente relacionado aos impactos sociais, culturais e econômicos gerados pela atividade. Para Grünewald (2001 p. 33-34):

[...] a questão da autenticidade não merece atenção se, em seu desenvolvimento, qualifica as contradições culturais modernas em autênticas ou falsas. A questão, no entanto, existe na percepção antropológica, inclusive por se fazer presente entre os atores sociais. Se sou favorável à perspectiva de que toda experiência cultural é autêntica, isso deve ser examinado através do discurso dos atores sociais concretos, ou seja, pela forma como é percebida por eles...[com relação aos turistas]...isso não significa necessariamente que os turistas estão se perguntando sobre a autenticidade de suas experiências, as quais ao meu ver são sempre autênticas, pois são experiências turísticas, não importando se um elemento cultural foi construído exclusivamente para a encenação em uma arena turística ou se é imemorialmente tradicional e incorporado ao mercado turístico como mais uma atração: importante é que faz parte da experiência.

O autor defende a idéia de que a partir do momento que as pessoas pensam que existem experiências turísticas que não são originais, elas não mais conseguirão perceber a dinâmica de uma sociedade em termos gerativos, ignorando que ao defrontar com a experiência turística, as comunidades e sua dinamicidade cultural podem se transformar na gênese de novos padrões e permanecer autênticas, mesmo por meio de mudanças sociais e culturais.

Logo, estudiosos do assunto como *McIntosh & Ryan* (2007) apresentam algumas questões-chaves para compreender ou pelo menos refletir como acontece a dinâmica da demanda do turismo etno-cultural entre os turistas que consomem os serviços prestados. Dentre os questionamentos, discute-se: Por que os visitantes são motivados pelo turismo cultural? Que nível de interesse do turista espera-se para certos tipos de produtos turísticos? Quais são as principais atividades que os turistas participam no turismo cultural? Qual a percepção do turista sobre as culturas e dos produtos culturais?

As respostas de tais questionamentos levantados sobre a experiência cultural é subjetivamente respondida, consumida e negociada sobre as concepções que o turista demanda como seu próprio conhecimento, interesse, expectativa, significados pessoais e mitológicos distribuídos nas atividades que serão desenvolvidas no atrativo a ser visitado. A cultura indígena e quilombola oferecem diversos tipos de atrações para possibilitar a satisfação do visitante tanto de forma física como emocional. Os elementos oferecidos para os expectadores promovem a aprendizagem diária do modo de vida tradicional constituída pela revitalização dos costumes por meio da dança, religiosidade, gastronomia, artesanato entre outras características representadas simbolicamente.

A questão da autenticidade como perspectiva turística existe de fato, mas não é instrumental nem mesmo para compreender a movimentação dos turistas para os lugares de visitação. Os antropólogos também têm a tarefa de interpretar as motivações que geram o deslocamento de pessoas para locais em que fomenta o turismo em territórios étnicos e percebe-se com isso, que a maioria dos turistas pensa no índio ou no quilombola – focos deste trabalho – em estado autenticamente tradicional e atribui-lhes um exotismo que fere a legitimidade de suas ações culturais cotidianas. Outro aspecto abordado sobre os estudos antropológicos associados ao turismo é citado por Banducci Júnior (2002, p. 25):

[...] os antropólogos sempre estudaram povos distantes, exóticos. Suas pesquisas envolvem sacrifícios pessoais e visam produzir trabalhos científicos que façam justiça ao povo estudado. Os antropólogos se vêem como pesquisadores de campo comprometidos com esses povos tanto quanto com a ciência e, neste sentido, não querem ser confundidos com turistas, preocupados, sobretudo, com seu prazer pessoal e detentores de uma visão superficial do povo com o qual mantêm contato.

Na medida em que compõem o quadro da indústria do turismo (agências de viagens, empresas aéreas, hotéis etc.), os turistas podem ser tomados por exploradores inconscientes dos nativos, fazendo com que os antropólogos temam ver seus trabalhos associados a essa condição.

Estudos antropológicos recentes vêm demonstrando no campo científico que a atividade turística promove uma experiência autêntica. Tal abordagem se faz presente principalmente quando as pesquisas não estão direcionadas somente à esfera econômica, mas ao aspecto cultural que possibilita o intercâmbio de valores e uma experiência emocional aos agentes envolvidos pela atração turística.

Na mesma obra de Banducci Junior, há uma afirmação verdadeira que corresponde ao turismo não ser responsabilizado por todas as transformações culturais, entendendo que a cultura é um processo de dinamicidade, onde os elementos que promovem alterações são tanto endógenos como exógenos. O crédito da atividade em relação às influências em determinadas culturas é que o turismo faz parte deste processo transformador, podendo tanto estimular ou aniquilar respostas positivas que reforcem a identidade do grupo ou de outros aspectos culturais.

As contradições acerca da atividade turística como fator autêntico ou inautêntico estão principalmente relacionadas à fragmentação étnica, cultural e de homogeneização das tendências constitutivas da realidade global. Em outras palavras, o modo de produção capitalista permanece tão intacto e sistematicamente coeso que contribui rapidamente para aceleração da massificação dos destinos turísticos. Sobre as transformações relacionadas ao capital, Moretti acrescenta (2001, p. 70):

As transformações, efetivadas pelo capital na produção deste território, que procuram estruturar os elementos que o compõem, modificam as relações pretéritas construídas historicamente pela sociedade local, em um processo de (des)tradicionalização. Este processo destrói relações sociais e relações com a natureza e constrói outras relações. Trata-se, portanto, do processo de construção destrutiva. Este processo é central no capitalismo. Através da construção do novo e da destruição do passado é que ocorre o aumento do lucro e o acúmulo de capital.

A interação entre o mercado mundial e a identidade cultural, entre o processo local e global, entre o consumo e as estratégias culturais, faz parte de uma tentativa de descobertas da lógica envolvida nestes problemas aparentes. Para Friedman (1999), as práticas de auto-constituição cultural, de confirmação étnica, de classe e religião, produzem e consomem objetos específicos e constroem espaços vitais para um meio de identificação e sobrevivência à medida que o consumo de identidades faz parte do sistema consumista do processo global, canalizando uma espécie de negociação entre as ofertas disponíveis no mercado capitalista e a auto-definição que leva a acreditar na velha máxima 'você é aquilo que consome'.

Não há como negar que o turismo participa efetivamente da transformação de lugares, criando e recriando objetos e objetivos para que possa ser fortalecido e desenvolvido de maneira a viabilizar oportunidades de inserção e difusão para todos os envolvidos no processo. Todavia, é preciso deixar claro que a relação do turismo com a comunidade local, em especial categorias étnicas, fundamenta-se na representação social que os membros destes núcleos construíram em virtude de valores, idéias e conceitos articulados pelo processo de turistificação no próprio espaço em decorrência da perspectiva de mudanças nos níveis e qualidade de vida.

Por este prisma, o planejamento turístico deve ser direcionado levando-se em consideração restrições econômicas, sociais, culturais e ambientais, tendo em vista que sem tais restrições, a atividade irá perdurar de maneira espontânea, provocando apenas impactos negativos e sem assegurar os benefícios que podem ser subsidiados para os maiores envolvidos: atores locais.

Por este motivo, são de concordância as considerações de Molina e Rodriguez (2001) ao afirmarem que o planejamento deve reconhecer no turismo sua complexidade para processá-lo de modo a priorizar as mudanças que possam alavancar o desenvolvimento. Caso o turismo seja delineado a partir de uma expectativa reducionista como, por exemplo, a partir dos aspectos econômicos, gera instabilidade nas demais dimensões de uma sociedade.

Neste sentido, os territórios passam a desencadear poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades. Portanto, cada grupo possui características monolíticas e fechadas ou dinâmicas e abertas. O fato não é apenas identificar estas características, mas principalmente que as pessoas estejam abertas à reformulação da própria identidade no sentido de aceitar o convívio e o diálogo multicultural com as identificações alheias.

3. O TURISMO NA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS - RID

No contexto social brasileiro o problema dos índios ganha notoriedade. Entre os muitos desafios que pesam sobre a análise destes, a questão da terra merece a atenção geral (WENCESLAU, 1990). Para entender as relações sociais, econômicas, culturais e políticas sobre a questão indígena na Reserva Indígena de Dourados é necessário fundamentar sobre o que é e qual a importância deste “ator”, o indígena, no contexto histórico. Segundo Ribeiro (1957) *apud* Dutra (1996, p.15):

Indígena é essencialmente aquela parcela da população que apresenta problemas de adaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou ainda mais amplamente: índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana que se

identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato.

A população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul é hoje o segundo contingente populacional do Brasil, sendo superado apenas pelo Estado do Amazonas. Destaca-se que o Estado compõe uma população indígena estimada em 50.000 índios aldeados e 5000 desaldeados, além de possuir diversos grupos étnicos diferenciados, como os Guarani (subdividido em Kaiowá e Ñandevá), Terena, Kadiwéu, Guató, Ofaié e Kinikinawa.

A Reserva Indígena de Dourados (RID), antes nomeada Posto Indígena “Francisco Horta Barbosa”, está localizada na zona norte do município de Dourados. Distante a 3,5 km do centro urbano de Dourados, mais precisamente da Praça Antônio João e também a 8 km do município vizinho, Itaporã. A RID é cortada pela Rodovia MS-156 que liga Dourados a Itaporã no sentido Norte/Sul. Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (2009), conta com uma população de aproximadamente 12.000 indígenas, distribuídos em 3.539 hectares. Na aldeia Bororó destaca-se a presença maciça dos Guarani e Kaiowá e na aldeia Jaguapirú, encontram-se a comunidade Terena, uma pequena população Guarani e Kaiowá, além dos mestiços que se fazem presentes em ambas as aldeias.

As terras da RID estão tituladas de acordo com o Decreto nº. 404 de 03/09/1917 e registradas às folhas do livro nº. 23, em 14/02/1965, no Cartório de Registro de Imóveis de Campo Grande em 26/11/1965, conforme despacho do Secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso de 23/11/1965 (MONTEIRO, 2003). A referida área somente teve seu Título Definitivo de Propriedade expedida em 28/10/1985 e seu registro em 14/12/1985.

Para contextualizar o processo de desenvolvimento do turismo na RID, faz-se necessário abordar a história do desenvolvimento da atividade turística relacionada aos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul iniciado em meados de 1990, acompanhando o reflexo do crescimento da atividade turística na região do Pantanal e no município de Bonito. Além disso, as campanhas publicitárias desenvolvidas acerca dos povos indígenas que vivem no Estado estimularam iniciativas isoladas na promoção das visitas turísticas nas aldeias que organizavam e comercializava o artesanato, apresentação das danças, interação interpessoal com a língua nativa indígena, entre outros atrativos.

Todas as iniciativas estimuladas para esse fim até hoje não se consolidaram, acredita-se que os motivos estão relacionados à deficiência no planejamento estratégico e nas contradições estabelecidas no pretérito pela legislação brasileira em vigor como no Próprio Estatuto do Índio (LEI Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Artigo 158, Capítulo II – Dos crimes contra o Índio que diz “*utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição*”

para fins lucrativos. Pena - detenção de dois a seis meses". Além disso, quando pautadas à autorização da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que exigem que os projetos a serem desenvolvidos em territórios indígenas devem estar fundamentados com justificativas, objetivos, identificação dos responsáveis institucionais pelo grupo visitante e o perfil do mesmo. Vale lembrar que de forma alguma os projetos protocolados atendendo as exigências determinadas, não garantem sua aprovação para o pleno desenvolvimento.

Formas de manifestação e exposição com finalidade comercial da cultura indígena como potencializada por meio do turismo, ainda não foi previsto pela legislação e estatuto vigentes. O que se percebe nessa problemática é o descaso de agentes públicos federal em promover uma ampla discussão popular, incluindo entre os agentes formadores de opinião, os indígenas, para legalização da atividade incluindo as ressalvas para garantir o respeito e conservação da cultura.

Segundo Martins (2001, p. 198): “[...] Não há consenso entre os observadores sobre o grau de impacto que o turismo provoca em comunidades indígenas. Em geral é desaconselhável”. Esse fato se deve pela falta de gerenciamento específico que se preocupe com planejamento em longo prazo, visando apenas à vontade do turista e não dos hábitos e costumes dos povos indígenas visitados. Acredita-se que o turismo pode vir a ser uma atividade de aproximação benéfica entre as populações na medida em que as especificidades antropológicas [hábitos e costumes] forem respeitadas.

Para mudar as estatísticas da oferta turística do Estado e também a demanda de estrangeiros, alguns empresários locais juntaram-se para formatar um produto turístico que pudesse atender as expectativas dos visitantes e o que poderia ser oferecido por Dourados como pólo intermediário entre Foz do Iguaçu, Bonito e Pantanal, tendo como o grande referencial cultural, as aldeias indígenas. A maioria dos estrangeiros que passaram pela cidade vinha por intermédio de agências de viagens de São Paulo acompanhado por seus guias de turismo que na maioria das vezes não tinham conhecimento sobre a cultura indígena local.

No município de Dourados, a atividade turística iniciou-se a partir de 1999, em função do fluxo de turistas holandeses e alemães motivados pela questão indígena e conciliados a outros roteiros de destaque do Mato Grosso do Sul. O objetivo desta ação era promover o desenvolvimento do turismo interno mesmo porque a cidade não fazia parte do eixo turístico do Estado.

As pesquisas realizadas por Jesus (2004) na RID apontaram que o turismo passou a se desenvolver de forma sistematizada a partir de 2001, quando os turistas (em sua maioria, holandeses) se deslocavam para a Aldeia Jaguapirú a fim de conhecer como a comunidade se organizava social e culturalmente. No mesmo caminho, essa inter-relação entre o que chamavam de “brancos grandes ou pezudos” foi um contato visto como positivo entre os autóctones.

Existem registros que o *trade* turístico de Dourados recebeu os estrangeiros, principalmente holandeses em média três vezes por semana em grupos de quarenta pessoas, sendo que a maioria aposentada e com média de idade de 50 anos, gastando cerca de U\$ 150,00 por pessoa ao dia. (RODRIGUES, 2002). Os grupos de turistas ficavam em média dois dias na cidade, ocupavam os hotéis e no período diurno conheciam o comércio e depois eram levados para a RID. Chegando a Reserva eram recebidos por lideranças indígenas que organizavam os grupos para apresentação das danças, venda do artesanato e, além disso, cobravam uma taxa dos turistas pelas apresentações.

O fato da Reserva não possuir um receptivo com infra-estrutura básica para atender os visitantes, além do fato de que a comunidade do entorno não se envolver e não valorizar a cultura indígena resultou que, com o passar do tempo, a frequência dos estrangeiros na cidade foi diminuindo drasticamente, sendo que hoje em dia, os turistas ficam apenas um dia em Dourados e muitas vezes nem visitam a RID. São várias as questões que contribuem na determinação deste fato, inclusive, é citada entre estas a falta de políticas de turismo em longo prazo por parte dos gestores públicos que desenham seus programas de ação em períodos em curto espaço de tempo, coincidentes com os mandatos eleitorais (JESUS, 2004).

A partir das ações do *trade* turístico local, a Prefeitura Municipal de Dourados, representada pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SEICTUR, juntamente com a iniciativa privada, elaborou um projeto para implantação de um Centro Cultural Indígena “GUATEKA” adequado para apresentações das manifestações culturais das três etnias Guarani, Terena e Kaiowá, presentes na RID, compreendidas nas danças, artesanatos e modo de vida tradicional.

Em função da pluralidade, de conseqüências que decorrem da falta de território dentro da reserva indígena, uma das mais delicadas é a perda do processo histórico-cultural e espacial das etnias o que causaria impactos negativos de identidade tanto para os indígenas como para a região. Identificou-se *in loco* que não houve consulta “real” à comunidade, tanto isto é verdade que grande parte da comunidade desconhece os principais objetivos e no que o Centro Cultural iria contribuir culturalmente e economicamente para seu povo, sendo que o poder interno está restrito às lideranças indígenas e no entorno, pelo poder público. Assim, mais uma vez a crise interna na RID se instala, tendo em vista, as ações externas praticadas sem o devido conhecimento da estrutura sócio-cultural e espacial indígena, além da inexistência de planejamento local e regional.

4. O TURISMO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FURNAS DO DIONÍSIO

A denominação do termo *quilombo* não é uma realidade recente. Situando-o em um espaço temporal, os quilombos eram territórios em que os negros se organizavam com a finalidade de fugir de um sistema escravagista e conseqüentemente, propiciava o refazer de tradições ao assumirem-se como um agente cultural que se encontrava em um processo de reterritorialização. Hoje, os núcleos quilombolas são territórios de resistência, cuja trajetória – passada, presente e até mesmo futura – percorre a busca por processos que promovam a igualdade de oportunidades e direitos, cuja significância sócio-cultural e econômica lhes venha garantir oportunidades mais justas e equitativas.

O art. 2 do Decreto nº 4887 de novembro de 2003 identifica uma comunidade quilombola como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. A identificação realizada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) elabora um relatório técnico que informa sobre os aspectos étnicos, históricos, culturais e sócio-econômicos do grupo para que as terras suscetíveis de reconhecimento e demarcação sejam delimitadas, evitando posteriores questionamentos e disputas territoriais, papel este que é atribuído ao INCRA em relação a titulação das terras.

A análise da singularidade de *quilombos* sejam estes tradicionalmente rurais ou contemporâneos – que segundo Arruti (2005) seriam os novos sujeitos – seria uma alternativa para a garantia de suas terras e sua voz política, concebida como ato natural de identificação, obrigando-os conseqüentemente a entender as mudanças na ideologia dominante e promovendo uma adaptação a esse novo papel. Assim, a análise da singularidade de distintos *quilombos* tem permitido ampliar tal conceito ao reconhecer processos históricos e caminhos diferenciados da formulação de pleitos coletivos; o que promove uma percepção a respeito de como esses novos atores sociais reafirmam sua identidade em virtude de uma legitimação de direitos culturais e territoriais, entendidos como elementos significativos para a existência do próprio grupo.

No Brasil já foram certificados pela FCP 1342 núcleos quilombolas. Em Mato Grosso do Sul, até o ano de 2008 identificaram-se 16 comunidades quilombolas, sendo as percussoras ao processo de reconhecimento e certificação as comunidades de Furnas de Boa Sorte (Corguinho/MS) e Furnas do Dionísio (Jaraguari/MS). E é exatamente por esta última que se discorre a seguir.

A história começa por volta de 1901 quando Dionísio Antônio Vieira, ex-escravo oriundo de Minas Gerais se estabeleceu com seus familiares em áreas devolutas da Fazenda Lageadinho, atual município de Jaraguari (MS) na expectativa de encontrar solo produtivo no qual pudesse garantir a subsistência de seus familiares. Seis anos após sua chegada, Dionísio decidiu solicitar em definitivo

a posse das terras, recebendo o título provisório junto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, do então Estado de Mato Grosso. Somente dez anos mais tarde lhe foi outorgado o título definitivo de apropriação, relativo a 914 hectares.

Com seu falecimento por volta de 1920, seus onze filhos inventariaram as terras pertencentes ao seu legado, demarcando-as em linhas familiares com áreas entre dois e cinquenta hectares, conforme o tamanho da família beneficiada. No entanto, na esperança de alcançarem melhores condições de vida, muitos dos herdeiros venderam suas terras e migraram para a cidade, restando atualmente apenas 580 hectares pertencentes aos mais de 400 moradores, agrupados em aproximadamente 86 famílias que descendem diretamente de Dionísio e que procuram manter a autenticidade de suas manifestações desde sua formação no início do século passado.

A economia local originalmente continua concentrando-se na agricultura de subsistência e para o pequeno comércio, baseado na criação de animais de pequeno ou médio porte, na produção de leite e seus derivados, na agroindústria caseira, assim como na agricultura familiar – que ocupa mão-de-obra local e provêm o sustento em épocas difíceis e reduz a migração para outras áreas.

Assim, a maior parte dos membros da comunidade tem produção própria, cujos excedentes são comercializados em cidades próximas, como em Campo Grande, Rochedinho e Jaraguari. Rapadura, farinha de mandioca, açúcar mascavo, melado, frutas locais em compota (doces de caju, mamão, goiaba, guavira, entre outros), ainda são produzidos segundo processos artesanais e métodos passados de geração para geração, o que possibilita a continuidade da propagação da história e da memória social local.

Por este prisma, Amorim (1998) ressalta que as comunidades remanescentes de quilombos desenvolveram, ao longo de sua formação, uma identidade que se define pelas experiências vividas e compartilhadas em relação às suas trajetórias históricas. Assim, a identidade tem o território como referencial determinante como ponto de articulação da existência e da memória coletiva. Mas há também aqueles que trabalham em fazendas da região, como empregados rurais, ou nas três escolas locais (duas municipais e uma estadual), como professores, auxiliares administrativos, merendeiras ou serventes, contribuindo para aumentar a renda de suas próprias famílias.

Em Furnas do Dionísio, as pesquisas revelaram que os membros da comunidade valorizam em alto grau a base familiar e os laços de amizade. A organização das atividades desempenhadas muitas vezes depende da cooperação mútua. Tal fato pode ser explicado pela relação de coexistência harmoniosa entre os membros mais antigos e mais jovens, com permanente legado de histórias, tradições e experiências.

Entre as práticas culturais desenvolvidas na comunidade, os momentos de festejo pessoal e devoção religiosa são organizados em torno da comunidade, cujas comemorações locais apresentam principalmente caráter religioso e as tradições são transmitidas de geração em geração. Sobre este aspecto, Moura (In: FUNARI e PINSKY, 2001, p. 38) sustenta que “as festas apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva”.

Nos últimos anos, observa-se a chegada espontânea de um pequeno contingente de visitantes em busca dos produtos locais e de contato com o modo de vida da comunidade, surgindo uma forma insipiente de turismo. A integração em torno de manifestações culturais oferece aos membros da comunidade uma estratégia de prevenção quanto aos tempos futuros, como reflexo do anseio de reprodução da própria história local. O leque de tradições transmitidas é amplo e inclui vários aspectos que vão da dança à culinária, da história à farmacopéia.

Com base nos estudos realizados em 2004, observou-se que Furnas do Dionísio é uma comunidade que tem um legado cultural amplo devido sua formação histórica e se encontra em uma área natural belíssima que pode despertar para a atividade do turismo; salientando que tal processo se dará por efetivo quando os trabalhos forem desenvolvidos com a finalidade de sensibilização e aceitação dos Dionísios em formatar a atividade com a premissa de articulação de preservação de sua cultura, identidade e memória local.

De fato, os hábitos culturais dos Dionísios podem servir de estímulo à implementação tanto do turismo em espaço natural – que envolve o exercício de atividades realizadas junto ao meio ambiente e ligadas ao cotidiano rural – quanto do turismo cultural – direcionado às pessoas que desejam vivenciar tradições e costumes específicos dessa comunidade quilombola na medida em que os laços culturais se renovem e possam ser revitalizados.

Em Furnas do Dionísio, observa-se que a vocação principal é a fabricação de produtos artesanais derivados da cana, da mandioca e do leite. Por intermédio dessa produção artesanal, preserva-se parte da história e da identidade local. Nesse contexto, o turismo pode gerar benefícios sociais e econômicos, não apenas em relação à geração de emprego e renda, mas também no tocante ao fortalecimento da cultura local e da auto-estima da comunidade.

A visão que a comunidade apresenta frente às questões pertinentes ao turismo, de certa forma encontra-se um tanto equivocada quanto aos benefícios que podem ser reproduzidos por sua prática socialmente planejada. De fato, os moradores avaliam o turismo como uma atividade que apenas incorpore modelos de desenvolvimento em que persista como conseqüência o aumento de emprego e geração de renda para a comunidade.

Posto que a afirmação seja verdadeira, é preciso que a atividade seja revista como um estímulo a reprodução de manifestações e alteridade da identidade local, uma vez que o fortalecimento das próprias raízes são fontes de atratividade. Embora isso não signifique que as manifestações ou atividades que possam ser efetivadas pelo turismo devam ficar exclusivamente a mercê de traços diacrônicos que apresentem exclusivamente o que o turista quer ver e vivenciar, o que recria no fenômeno turístico o papel de válvula de escape para o desenvolvimento de determinadas regiões.

Seguindo o raciocínio, têm-se organismos de fomento ao turismo (em nível estadual) com interesse em tornar a atividade uma realidade para o local – uma vez que a comunidade agrupa significativos recursos naturais e culturais. Por outro lado, a comunidade apresenta um receio em desenvolver a atividade por não conseguir se enxergar inclusa ao processo de planejamento; ou seja, o desenvolvimento do turismo deve essencialmente integrar o planejamento participativo com vistas à manutenção e valorização sócio-cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo contexto aqui apresentado, tanto pela inserção do turismo étnico em territórios indígenas e quilombolas, é verdade que as iniciativas são exógenas às necessidades dos núcleos e, portanto, a melhor ação a ser sistematizada seria a gestão participativa e integrada. Contudo, a atividade só seria uma alternativa viável se os próprios sujeitos pudessem fazer parte do planejamento e da organização da atividade, tendo em vista que as melhorias advindas deveriam estar subordinadas primeiramente para atender as necessidades locais e não ao turista.

Acredita-se que não existe uma fórmula que possa proceder no sucesso almejado diante da prerrogativa de desenvolvimento turístico em comunidades tradicionais. Porém, reitera-se que esta estratégia seria bem sucedida caso venha a considerar o dinamismo procedente do afloramento das potencialidades endógenas destes núcleos ao que diz respeito ao seu legado cultural como subsídio ao resgate de suas manifestações, sejam elas repassadas de geração em geração por meio da memória coletiva ou na aquisição e assimilação de novos conhecimentos, já que são fontes de atratividade.

O que se procura é o sentido essencial que marca a riqueza das culturas negra e indígena. O conceito de terra é, pois, o instrumento fundamental para a compreensão. Tem-se também que considerar o significado próprio da existência destes grupos e com isto sujeitar a realidade do conceito de representação do espaço e de história aplicado aos deles.

O território, tanto para o indígena como para o quilombola faz parte não do sistema de identificação, mas do sustentáculo de sua existência e da formação de sua identidade cultural. O turismo poderia sim contribuir para revitalizar o território a partir do momento em que se priorizaria o conhecimento aprofundado sobre a cultura trabalhada, ou seja, ouvir e sentir os valores simbólicos contados pelos próprios integrantes. Por fim, é preciso envolvimento direto da gestão pública para garantir a integridade e manutenção dos territórios que estão se projetando para atender uma demanda específica provocada pelo turismo. A atual legislação destinada para “garantir” os direitos à igualdade ainda esta aquém do ideal, uma vez que está imposto às sociedades tradicionais é mera formalidade normativa e desatualizada que reforça ainda mais a exclusão sócio-cultural e de certa forma econômica. É preciso garantir às comunidades o direito a alteridade com dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e historia do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.
- BANDUCCI JÚNIOR, A. **Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar**. In: BANDUCCI JÚNIOR, A. e BARRETO, M. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- BELTRÃO, O. **Turismo: a indústria do século XXI**. Osasco: Novo Século, 2001.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.
- BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/ Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- DUTRA, C. A. S. **Ofaié: morte e vida de um povo**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.
- FRIEDMAN, J. **O ser no mundo: globalização e localização**. In: FEATHERSTONE, M. (org). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ESTATUTO DO ÍNDIO. LEI Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Artigo 158, Capítulo II – Dos crimes contra o Índio.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Indicadores dos povos indígenas**. Dourados-MS, 2006.
- GRÜNEWALD, R. de A. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- JESUS, D. L. **A transformação da Reserva Indígena de Dourados-MS em território turístico: valorização sócio-econômica e cultural**. Dourados: UFMS, 2004. [Dissertação de Mestrado]
- MARTINS. C. **Entrevista com o secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Dourados**, 2001.

- MCINTOSH, A.J. & RYAN, C. **The market perspective of indigenous tourism: opportunities for business development.** In: BUIER, Richard; HINCH, Tom. *Tourism and indigenous people: issues and implications.* U.S.A: Butterworth-Heinemann & Elsevier, 2007 (p.74-83).
- MOLINA, S.; RODRÍGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América latina.** Trad. Carlos Valero. Bauru: EDUSC, 2001.
- MONTEIRO, M. E, B. **Levantamento histórico sobre índios Guarani Kaiowá.** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.
- MORETTI, E. C. **Pantanal, paraíso visível e real oculto: o espaço local e o global.** Rio Claro-SP: UNESP, 2001. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.
- MOURA, A.P. **Turismo e festas folclóricas no Brasil.** In: FUNARI, P. P. e PINSKY, J. *Turismo e patrimônio cultural.* São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, A. M. **Cultura, turismo e desenvolvimento local: potencialidade e perspectiva na comunidade de Furnas do Dionísio.** Universidade Católica Dom Bosco: Campo Grande, MS, 2004. [Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local].
- OLIVEIRA, C. M. **Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** *Mana - estudos de antropologia social.* PPGAS/MN/UFRJ, 4/1, abril, 1998.
- RIBEIRO, D. **O índio e a civilização.** Petrópolis: Vozes, 1979.
- RODRIGUES, K. **Dourados na entressafra turística: os principais clientes estrangeiros da cidade de Dourados são os holandeses.** *Jornal Diário MS.* Dourados. Caderno A, p. 06, 13 de jun. de 2002.
- WENCESLAU, M. E. **O índio Kaiowá e o Mundo dos Brancos.** Dissertação de mestrado, USP, 1990.